CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

O POPULAR (14/11)

PEC deve elevar corte em reajuste salarial no Estado

EMERGENCIAL Impacto no aumento da remuneração na folha estadual caiu de R$ 964 mi, em 2018, para R$ 637 mi este ano; Goiás já se enquadra em critérios da emenda proposta pelo governo federal

Katherine Alexandria
katherine.alexandria@opopular.com.br

Os reajustes para servidores públicos do Estado foram reduzidos pelo governo de Ronaldo Caiado (DEM) em quase um terço este ano. O impacto do aumento de remunerações na folha estadual passou de R$ 964 milhões, em 2018, para R$ 637,5 milhões, segundo a Secretaria de Administração (Sead). E o valor pode cair ainda mais para o ano que vem caso seja aprovada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Emergencial.

A estimativa do governo federal é de que a proposta – apresentada no Congresso pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), na semana passada – possa trazer economia para a União de R$ 12 bilhões no primeiro ano. Não há uma estimativa oficial do impacto para os Estados. Porém, Goiás está entre os 14 que já poderiam ter diminuição de gastos.

Redução possibilitada especialmente pela permissão de reduzir em até 25% a jornada do servidor, com corte dos vencimentos, e também por vedar progressões funcionais e reajustes das remunerações, com exceção para casos em que a progressão implique atribuição de uma nova função. Segundo dados mais recentes do Tesouro Nacional, de agosto, Goiás já se enquadra nos critérios da PEC para ter esses mecanismos acionados.

O Estado possui mais de 95% da receita comprometida com despesas. Se o texto for aprovado, essas medidas poderiam ser aplicadas imediatamente e passariam a valer por dois anos. "Um país em crise não pode ter essa concessão automática de aumentos (salariais), é preciso uma trava", defendeu o ministro da Economia, Paulo Guedes, quando explicou a proposta do governo.

Estado de emergência

Entenda o que é proposto pela PEC Emergencial

MEDIDAS PERMANENTES

- Instrumentos para Estados e municípios ajustarem as contas públicas
- Possibilidade de adequação à regra de ouro* poderá estar no orçamento
- Inclusão das despesas com pensionistas no limite de despesas com pessoal
- Lei complementar definirá indicadores, níveis sustentáveis de endividamento e trajetória de convergência da dívida
- Benefícios serão reavaliados a cada 4 anos. No âmbito federal, a partir de 2026, não poderão ultrapassar 2% do PIB
- Destinação do excesso de arrecadação e do superávit financeiro à amortização da dívida pública

*Regra de ouro: Ela proíbe o Executivo de se endividar para pagar as despesas correntes, que são os gastos da administração pública, como salários de servidores, para manter serviços funcionando

MEDIDAS TEMPORÁRIAS

- Condições especiais por dois anos para União, Estados e municípios recuperarem as contas
- Para Estados e municípios, mecanismos são acionados sempre que despesa corrente exceder 95% da receita corrente
- Não pode promover funcionário (com exceção de serviço exterior, Judiciário, integrantes do Ministério Público, policiais e militares), dar reajuste, criar cargo, reestruturar carreira, fazer concurso e criar verbas indenizatórias
- Suspende criação de despesas obrigatórias e de benefícios tributários
- Permite redução de 25% da jornada do servidor com adequação dos vencimentos
- 25% da economia vão para projetos de infraestrutura
- Suspende repasse dos recursos do FAT ao BNDES

Quem já se enquadraria

Fonte: Ministério da Economia / Tesouro Nacional

Sobre redução de jornada, para o economista Raul Velloso, o raciocínio se aproxima do que é possível para o setor privado como opção para não demitir em momento de crise econômica. "O ente público não pode ficar completamente imune às dificuldades", pontua sobre o que tem motivado o governo federal a "dividir sacrifícios".

Sobre a escolha de quais servidores passariam a ter redução, o economista pondera que precisa considerar o grau de essencialidade de cada cargo para a prestação do serviço público, o que não está claro.

CARREIRA PÚBLICA

Com a PEC, União, Estados e municípios em emergência fiscal também ficam impedidos de criar cargos, reestruturar carreiras, fazer concursos ou mesmo de criar verbas indenizatórias. Muitas dessas medidas, inclusive, já eram adotadas em meio à crise dos últimos anos.

No caso de concursos, por exemplo, o governo goiano promoveu sete de 2017 para cá. No entanto, somente um foi concluído com aprovados nomeados – para cargo de professor. Há um em andamento, que é para Diretoria-Geral de Administração Penitenciária, agente de segurança prisional. Os outros cinco estão em vigência, sendo que um deles, de delegado de polícia substituto, tem validade até o dia 22 deste mês.

As novas travas impostas pela PEC desagradaram servidores, que veem risco de redução do aumento de ganho. "Acho que querem acabar com o serviço público", critica o secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Goiás (Sindipúblico), Gustavo Pedrosa. Ele lembra que, recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o Executivo não é obrigado a fixar data-base anual, mas deve apresentar justificativa ao Legislativo.

"Há defasagem da data-base pelos anos que não tivemos e progressões não são concedidas, só recebe judicialmente." Dos reajustes autorizados pelo governo Caiado, que representam R$ 66,8 milhões, R$ 35 milhões referem-se ao cumprimento de decisões judiciais por conta de data-base. E os maiores impactos para a folha são de decisões do governo anterior, que concedeu reajustes parcelados e que impactam desde 2016.

Segundo a Sead, reajustes aplicados naquele ano representaram gastos de R$ 425,8 milhões em 2017, quando o peso de reajustes para a folha ficou maior em R$ 641,9 milhões, na comparação com 2016.

Benefício previdenciário tem correção garantida

No Plano Mais Brasil apresentado pelo governo federal na semana passada, que inclui a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Emergencial, há garantia apenas de reajustes dos benefícios previdenciários e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) pela inflação. Enquanto salários dos servidores poderão sofrer cortes e não ter reajustes nos casos emergência fiscal, em que Goiás já se enquadraria imediatamente.

Para o secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Goiás (Sindipúblico), Gustavo Pedrosa, o Estado enfrenta problema de déficit previdenciário e com isso as medidas vão na contramão. "Primeiro que se há redução de salário, caso reduza a carga horária, vai reduzir também a contribuição previdenciária e aumentar ainda mais o déficit", argumenta. Sem concurso público, ele chama atenção também para a redução da base de ativos que mantêm a previdência, que encolhe ano a ano.

Ao mesmo tempo em que há as mudanças propostas a nível federal, a PEC da Previdência Estadual tramita na Assembleia e também modifica reajustes para os servidores ao propor o do quinquênio. "Para os menores salários, essa é a única correção", lamenta. A justificativa do governo estadual é de que irá igualar com o que ocorre com a União, onde não existe mais esse acréscimo.

O economista e fundador da Associação Contas Abertas, Gil Castello Branco, acredita que as mudanças para os servidores públicos vão enfrentar muitas discussões ainda, porque é um dos temas mais polêmicos do Plano Mais Brasil. "A sociedade já paga o preço com a Reforma da Previdência. Agora, são os servidores públicos que entram para dividir os ônus."

O POPULAR (14/11)

Oposição tenta atrasar PEC

REFORMA DA PREVIDÊNCIA Deputados lançam mão do próprio regimento interno para postergar votação da proposta de emenda estadual; Meirelles diz que texto será protocolado no limite do prazo

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

Deputados da oposição estão empenhados em usar manobras permitidas no regimento da Assembleia Legislativa de Goiás para atrasar a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que trata sobre a reforma da Previdência dos servidores do Estado. A matéria foi lida no plenário da Casa ontem.

De acordo com o regimento interno, o texto precisa ser encaminhado para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ), onde precisa aguardar a apresentação de emendas pelo prazo de 10 sessões ordinárias do plenário.

Cláudio Meirelles (PTC) é o 1º secretário da Mesa Diretora, responsável pela publicação da matéria. No entanto, o deputado já afirmou que protocolará a matéria no limite do prazo, que é de 48 horas. Como amanhã é feriado, o texto deve ser publicado só na próxima semana.

O deputado Humberto Aidar (MDB), presidente da comissão, confirmou que Álvaro Guimarães (DEM) será o relator da proposta, mas disse que o texto deve chegar à CCJ em 20 ou 21 de dezembro. Os trabalhos na Casa vão até o dia 15 de dezembro, mas o presidente, Lissauer Vieira (PSB), já disse que sessões extraordinárias podem ser convocadas.

A reportagem apurou que deputados da oposição pretendem pedir o encerramento das próximas sessões ordinárias por falta de quórum às 15h. É necessário que 14 deputados registrem presença para que os trabalhos sejam iniciados.

> *Todos os deputados têm prerrogativa para fazer suas manobras. Mas fora do regimento, não vamos aceitar"*
>
> **Lissauer Vieira (PSB), presidente da Assembleia**

Fábio Lima

Humberto Aidar (MDB) e Lissauer Vieira (PSB), durante sessão de ontem

Cláudio Meirelles disse ontem que o governo pode não alcançar os 25 votos necessários para a aprovar a proposta no plenário. O principal motivo apontado é a decisão a ser tomada por deputados da base que são representantes de categorias do funcionalismo público. Talles Barreto (PSB) disse que a oposição "vai protelar o projeto". "Tem que passar na CCJ, então é difícil aprovar até o fim do ano".

Questionado sobre os planos da oposição, Lissauer disse que "todos os deputados têm prerrogativa para fazer suas manobras. Mas fora do regimento, não vamos aceitar". O presidente voltou afirmou que o objetivo é "limpar a pauta". Entre as matérias que precisam ser aprovadas neste ano está a Lei Orçamentária Anual (LOA). Lissauer afirma que a tramitação da norma pode atrasar. Porém, o relator Jeferson Rodrigues (Republicanos) diz que trabalha para que todos os prazos sejam cumpridos. "Pode atrasar só porque a reforma da Previdência vai tramitar junto", disse o deputado.

GOVERNO

O presidente da Goiás Previdência (GoiásPrev), Gilvan Cândido, esteve na Assembleia ontem e acompanhou a leitura da PEC. O auxiliar do governador Ronaldo Caiado (DEM) também foi abordado por deputados de oposição e da base durante a sessão. "Existem pedidos de ajustes, mas são questões pontuais", disse.

Mesmo com a movimentação de opositores, Gilvan afirma que o governo espera a aprovação ainda neste ano. "Vamos ter debate aqui também, mas as categorias já conseguiram vitórias em Brasília. O texto já traz essa carga de discussão", afirmou.

Ele defendeu ainda a manutenção de dispositivo da PEC que cria alíquota extraordinária, que permite ao Estado, e aos municípios que aderirem à reforma, a aplicação de porcentual a mais na contribuição de servidores públicos. "É necessário. O texto não diz quando nem quanto, apenas abre a possibilidade".

Hospital de Jaraguá tem 195 vagas para cadastro de reservas em várias áreas de atuação

Interessados podem se inscrever para o processo seletivo por meio do site do Heja. Salários variam entre R$ 1.080 e R$ 5.988 para jornadas de até 44 horas semanais.

O Hospital Estadual de Jaraguá Doutor Sandino de Amorim (Heja) está com processo seletivo aberto para preencher 195 vagas de cadastro de reserva. As inscrições devem ser feitas por meio do site da unidade de saúde. Os salários previstos no edital variam entre R$ 1.080 e R$ 5.988 para jornadas de até 44 horas semanais.

Há oportunidades para pessoas com diferentes níveis de escolaridade e em diferentes áreas de atuação. Confira o quadro de vagas completo.

Analista I/Compras
Analista I/T.I.
Analista II/Financeiro
Analista II/Gestão de Contratos
Analista II/Patrimônio e Frotas
Analista II/Suprimentos
Analista III/Contábil
Analista IV/Contábil
Analista IV/Departamento Pessoal
Analista IV/Ensino e Pesquisa
Analista IV/Recursos Humanos
Assistente II/Administrativo
Assistente Social
Auxiliar de Farmácia
Auxiliar de Lavanderia
Auxiliar de Limpeza
Auxiliar de Manutenção
Biomédico(a)
Camareiro(a)
Condutor Hospitalar (maqueiro)
Eletricista
Engenheiro(a) Clínico(a)
Farmacêutico(a)
Fisioterapeuta
Instrumentador(a) Cirúrgico (a)
Jardineiro (a)
Motorista
Nutricionista Clínico
Porteiro (a)
Psicólogo (a) Hospitalar
Recepcionista
Técnico (a) de Enfermagem
Técnico (a) em Segurança do Trabalho.

As inscrições vão até o dia 24 de novembro. O candidato precisa ter ao menos 18 anos, ler o edital completo para ficar à par das regras do processo seletivo e se inscrever por meio do site.

Serão selecionados os que se saírem melhor nas três etapas para contratação: análise curricular, prova de conhecimentos gerais e específicos e entrevista comportamental, psicológica e técnica.

Oportunidade

Com lei sancionada, inscrições para o CNH Social começam em dezembro

novembro 13, 2019 3:05 ··· Por Luiz Phillipe Araújo ···

Com o programa, Governo Estadual defende ser uma forma de ampliar as ações para a população de baixa renda

Foto: Reprodução

O governador Ronaldo Caiado (DEM) sancionou nesta quarta-feira, 13, a lei que oficializa o Programa Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores, conhecido como CNH Social. Com a assinatura de Caiado, o Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran) inicia, em dezembro, o período de inscrições.

Com vagas nas modalidades Estudantil, Urbana e Rural, o projeto visa a ampliar as ações da gestão para a população de baixa renda. A proposta é formar, qualificar e habilitar os contemplados pelo programa, com isenção de taxas do Detran, aulas teóricas e práticas. As inscrições deverão ser feitas exclusivamente pelo **site** em data a ser definida.

Critérios

Para ser candidato ao programa é necessário ter cursado todo o Ensino Médio em escola pública. Além disso, o inscrito não pode ter praticado, nos 12 meses que antecedem a inscrição, infração de trânsito de natureza gravíssima, grave ou ser reincidente na média.

Conforme detalha o Detran, na modalidade estudantil o candidato deve ter entre 18 e 25 anos, estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico), além de ter participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no ano anterior ao da inscrição. A nota do exame será utilizada como critério de seleção.

Na modalidade urbana é necessário ter mais de 21 anos, estar inscrito no CadÚnico, comprovar a conclusão do Ensino Fundamental e morar na cidade. Na rural, seguindo os mesmos critérios da modalidade urbana, o candidato deve apresentar declaração do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Novembro Azul: HGG oferece serviços gratuitos nesta quinta-feira

PUBLICADO EM 13 NOVEMBRO 2019 - REDAÇÃO

Nesta quinta-feira (14), o Hospital Estadual Alberto Rassi (HGG), promove mais uma edição especial do projeto Saúde na Praça. Desta vez, profissionais vão orientar a população, principalmente os homens, para a importância de cuidar da saúde. A ação alusiva à campanha Novembro Azul, começa às 7 horas e termina às 12 horas, na Praça Abrão Rassi, em frente ao hospital. A ação contará com orientações do Serviço de Urologia da unidade, do Núcleo de Orientação Interdisciplinar em Sexualidade (NOIS), além de serviços gratuitos que incluem aferição de pressão e testes de glicemia.

Pesquisa da Revista Saúde realizada via internet com 2.405 brasileiros de todas as regiões do país, apontou que quase 40% dos homens de até 39 anos e 20% daqueles com mais de 40 só vão ao médico quando se sentem mal. A campanha Novembro Azul surgiu com o propósito de alertar os homens que se o câncer de próstata for diagnosticado no início, existem grandes chances de cura. Para isso, os homens devem ir ao médico regularmente.

Sobre o câncer de próstata

No Brasil, o câncer de próstata é o segundo mais comum entre os homens (atrás apenas do câncer de pele não-melanoma). Entre os fatores de risco estão a idade, já que tanto incidência quanto a mortalidade aumentam significativamente após os 50 anos; pai ou irmão com câncer de próstata antes dos 60 anos, podendo refletir tanto fatores genéticos (hereditários) quanto hábitos alimentares ou estilo de vida de risco de algumas famílias.

A detecção precoce do câncer é uma estratégia para encontrar o tumor em fase inicial e, assim, possibilitar melhor chance de tratamento. A detecção pode ser feita por meio da investigação, com exames clínicos, laboratoriais ou radiológicos, de pessoas com sinais e sintomas sugestivos da doença (diagnóstico precoce), ou com o uso de exames periódicos em pessoas sem sinais ou sintomas (rastreamento), mas pertencentes a grupos com maior chance de ter a doença. No caso do câncer de próstata, esses exames são o toque retal e o exame de sangue para avaliar a dosagem do PSA (antígeno prostático específico).

Serviço:

O que: Saúde na Praça – Novembro Azul – Saúde do Homem

Quando: quinta-feira, 14 de novembro

Horário: das 7h às 12h

Onde: Praça Abrão Rassi, em frente ao HGG